

A ideologia na teoria econômica

por Walter Clemente

A teoria econômica sempre manteve algum vínculo ideológico. A crise atual não decorre exatamente da elevação dos preços do petróleo, em outubro de 1983, mas da flutuação do dólar em relação ao ouro, decidida em fevereiro daquele ano. E, inevitavelmente, o Brasil vai renegociar sua dívida externa, tão logo exista um programa econômico interno que garanta o seu desenvolvimento a médio e longo prazos.

Os professores Rômulo Almeida e João Damasio, da Universidade Federal da Bahia, chegaram a estas conclusões depois de quase quatro horas de debates com quase duzentos participantes do seminário "A ciência econômica diante dos problemas do mundo", promovido pela Abril Cultural. O seminário, no salão nobre da reitoria da Universidade, em Salvador, foi parte da divulgação do lançamento da série de livros "Os Economistas", que reúne os textos clássicos da teoria econômica. "É perigoso afirmar, como faz o professor Simonsen, que o economista é ideologicamente isento", disse Damasio. "Nem Adam Smith o foi".

"A dívida deve ser renegociada, mas não no improviso com que foi contrada", recomendou Rômulo Almeida. "A renegociação depende de uma política nacional reestruturada e de um governo legitimado pelo voto." Antes disso, Almeida prefere não discutir a dívida, que, em última instância, não considera um problema nacional: "É mais um problema para os credores", argumentou.

Mas de que servem as teorias econômicas em áreas subdesenvolvidas de países periféricos, como o Nordeste brasileiro? Rômulo Almeida sempre discutiu os textos clássicos, mas está convencido de que os problemas específicos dessas áreas periféricas do sistema econômico mundial "ainda estão a reclamar um aprofundamento dos conhecimentos empíricos sobre seus fatos próprios e a desafiar economistas à construção de seu modelo conceitual". Almeida é um economista ligado mais à prática que à teoria, desde o tempo em que auxiliou o governo Vargas nos projetos que deram origem à Sudene e ao Pólo Petroquímico de Camaçari, por exemplo.

"A teoria econômica não é isenta de uma ideologia. Nem Adam Smith foi isento"

Em Salvador, nos debates que se seguiram à apresentação da video-fita em que os professores Mário Henrique Simonsen e Luiz Belluzzo comentaram a crise econômica mundial, no pré-lançamento da série "Os Economistas", da Abril Cultural, Almeida refletiu que a falta de conhecimento específico sobre o subdesenvolvimento não pode significar o abandono do estudo das teorias clássicas da economia. Mas apenas que o estudante deve ter sempre claro que toda a teoria conhecida foi concebida nos países centrais. "Essa ciência econômica foi feita para os países centrais, sobre as condições da sociedade desenvolvida muito mais estável que a nossa. E mesmo assim tem falhado, desde o início dos anos 60."

Os debates em Salvador foram intermediados pelo professor Walter Crispim, diretor em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. Os debatedores foram Rômulo de Almeida e João Damasio, doutor em economia pela Universidade de Boston e coordenador do curso de mestrado da escola baiana.

Damasio assistiu a um "debate de cavaleiros" entre Simonsen e Belluzzo, onde cada um discorreu sistematicamente sobre sua versão para a crise sem se entrecruzarem jamais. "Como dois rios que correm paralelos." Mas se permitiu duas críticas fundamentais ao discurso do professor Simonsen. Uma delas direta à proposta de uma teoria econômica ideologicamente isenta que Simonsen propõe. Outra indireta aos teóricos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

"Discordo do professor Simonsen num ponto importante, pois não acredito em uma economia ideologicamente isenta", disse Damasio. "Acho essa desculpa um pouco perigosa. Ninguém se pode considerar isento. Mesmo Adam Smith elaborou suas teses liberais quando era importante para a Inglaterra e sua burguesia ascendente o controle sobre os meios de produção, reduzindo o controle do Estado."

Damasio aproveitou-se da declaração de Simonsen de que "há períodos de vacas magras e períodos de vacas gordas na economia", para lembrar que nem sempre os teóricos da economia pensaram assim. E que, há menos de dez anos, havia teses aceitas de que os períodos críticos estavam absolutamente banidos do cenário internacional.

Os dois professores baianos concordam que essa crise que dura já quase dez anos em todo o mundo capitalista não é, portanto, apenas econômica, mas também uma crise da teoria econômica tradicional, utilizada para abordar as crises e propor soluções para elas. "Nas escolas de economia ainda se dá ao estudante que ingressa a ideia de que as teorias estão definidas, com cursos aparentemente estratificados de macro e microeconomia, etc." A verdade, para Damasio, é que a própria economia vive hoje uma crise. E que nunca foi tão importante ler todos os clássicos.

Rômulo Almeida sentiu uma falha nas análises de Simonsen e Belluzzo. Os dois não esqueceram do grande problema atual dos juros altos no mercado internacional que se veio refletir de maneira tão dramática na economia brasileira, durante essa crise que se prolonga já por tempo demasiado. Mas os efeitos dessas taxas elevadas de juros não foram apontados pelos expositores, segundo Almeida. "Eles se lembraram, por exemplo, do efeito da recessão internacional em nosso comércio exterior. Mas se esqueceram da indisposição do mercado consumidor internacional com produtos agrícolas básicos. A Bahia sente na carne a queda dos preços das commodities, especialmente o cacau."

O quadro traçado pelos professores Simonsen e Belluzzo, de qualquer forma, representava a crise com a perfeição de um cristal, no entender de Rômulo Almeida. Embora obrigasse a uma grande interrogação: "Por que a teoria econômica não foi capaz de prever a crise?"

O caso é que jamais foi função da teoria econômica prever ou controlar os fatores de crise, segundo Almeida, simplesmente porque a economia não se apresenta como uma ciência experimental. "O seu conhecimento é indispensável, principalmente para os formuladores das políticas econômicas, para que eles evitem erros catastróficos."

"Não há razão também para ceticismo", recomenda Almeida. "Houve um tempo de otimismo, um período de estabilidade em que as teorias davam certo, em que tudo deu certo. Mas ainda em meio à crise atual as teorias continuam válidas. O seu estudo continua essencial."

Rômulo Almeida gosta de enfatizar o caráter ideológico e histórico da teoria econômica. E, sempre que pode, faz sua exposição com uma ilustração histórica que considera muito importante para os estudantes brasileiros. "Em 1776, quando saiu a Riqueza das Nações, com suas teorias de livre comércio, que atendia aos interesses da Inglaterra, uma potência industrial e comercial emergente, todos os conceitos liberais de Adam Smith foram exportados

rapidamente para todo o mundo. Mas suas teorias não necessariamente foram seguidas à risca em sua pátria de origem, onde ainda por muito tempo várias leis de proteção, em especial a proteção à navegação, foram mantidas."

João Damasio volta ao pós-guerra para compreender a expansão de um capitalismo monopolista em escala mundial, ao mesmo tempo que promove mudanças nas relações sociais nos países de periferia. Isso ocorre a partir de dois pré-requisitos fundamentais, segundo Damasio. O primeiro foi a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944. "Os EUA saíram da guerra como o único país não invadido e propôs um negócio fantástico — o dólar substituindo o ouro, como lastro, à razão de US\$ 35 a onça-troy. E isso aconteceu até 1971, pelo período que os EUA tiveram força para afirmar que o valor era esse."

"E a história moderna do Rei Midas: uma vez que o dólar era ouro, os EUA inventaram a máquina de fazer ouro. Muitos países da periferia trocaram suas reservas em ouro por dólares."

Outro pré-requisito foi o conceito de desenvolvimento e industrialização dos países da periferia, onde ao menos as re-

Não existe diferença entre a política do milagre e a que hoje nós praticamos

servas de matérias-primas eram respeitáveis. "A Aliança para o Progresso é um exemplo. Mas temos o aparecimento de uma teoria de desenvolvimento, que surge inicialmente dentro da Cepal."

Não existe diferença entre a política brasileira que fez o "milagre" dos anos 60/70 e essa que hoje convive com uma das mais terríveis crises mundiais, na concepção de Damasio. "Muito se falou da criatividade do brasileiro, quando tudo o que se fazia era atrelar o mais rápido possível a economia do País à expansão monolítica do capitalismo mundial. Agora se tenta esconder que a crise que vivemos é a consequência imediata do 'milagre'. Nada mais."

"Quando se chega à crise de superacumulação, descobrimos que o Brasil não é uma ilha de tranquilidade, porque tem sua estrutura de produção estritamente ligada à economia mundial", diz Damasio.

Teoricamente, Damasio discorda do professor Simonsen também quanto à origem da crise econômica atual. "Ela não deriva do petróleo mas da desvalorização do dólar", diz. Para o professor Damasio, a primeira crise do dólar, de 1971 — quando a onça do ouro passou de US\$ 35 para US\$ 40 — e a de 1973 — quando a onça passou a ter um valor de mercado que chegou aos US\$ 800, antes de se equilibrar ao redor dos atuais US\$ 400 — provocaram o reajuste dos preços do petróleo. "A crise do dólar aconteceu em fevereiro de 1973. A do petróleo é de outubro. Os países árabes foram obrigados a reajustar os preços para poderem comprar nos países europeus a mesma quantidade de mercadoria." Damasio continua: "Visto por este ângulo, não são os árabes os causadores dessa crise, mas os americanos, que fizeram com que o dólar perdesse valor. Se existisse algum país que não tivesse trocado suas reservas em ouro por dólares, esse país sequer sentiria a chamada crise do petróleo."

A Alemanha é um exemplo disso, pois, como o marco se valorizou rapidamente em relação ao dólar, os preços do petróleo não foram lá muito sentidos. Sofreram um ligeiro acréscimo, porque também o marco alemão se desvalorizou em relação ao ouro. "Mas o mito precisa vir à tona", diz

Damasio. "A crise não é do petróleo. É uma crise financeira internacional em que uma moeda passou a desempenhar o papel prioritário e seu emissor blefou, colocando mais papel do que poderia bancar."

A razão pela qual o Brasil não recorre ao FMI para resolver seus problemas de balanço de pagamentos, segundo o professor Damasio, é simples. Já que quase todas as medidas recessivas e de controle monetário preconizadas pelos técnicos do FMI estão postas em prática, restaria apenas a mais temida pelos banqueiros nacionais — a abertura do mercado nacional para os bancos estrangeiros. "Como se sabe", diz ele, "embora existam muitas multinacionais atuando no Brasil, o setor bancário — o mais lucrativo de todos — ainda é reservado para o capital nacional, e não há quem queira dividi-lo."

De qualquer forma, a renegociação da dívida brasileira é imprescindível, na opinião dos professores baianos. "Em 1975, o professor Simonsen dizia que a dívida não era importante, não era problema", lembra Damasio. "Naquela época, ele supunha que iríamos atingir US\$ 80 bilhões em 1988. Mas já chegamos a este valor em 1982, e não podemos continuar com essa bola de neve."

"Sempre tive uma visão cínica em relação à dívida externa", confessou o professor Rômulo Almeida. "Jamais fui contra o endividamento, porque entendo que ele foi uma forçosa reciclagem dos petrodólares e que inevitavelmente muitos países iriam ter problemas no futuro. Sempre me preocupei com a aplicação dos recursos, que, se tivessem sido bem aplicados num programa nacional de emancipação econômica, teríamos hoje muito mais condições de resistir à crise. Infelizmente, os recursos que tomamos no exterior foram mal aproveitados em construção de Transamazônica, ponte Rio-Niterói e num centro de convenções, aqui na Bahia."

"Mas temos inevitavelmente de caminhar para a renegociação", supõe Almeida. "Não há outra maneira de controlarmos essa espiral progressiva."

Tanto Rômulo Almeida quanto João Damasio, contudo, não aceitam a questão da dívida externa como um problema nacional importante. "Temos coisas mais graves para resolver, como a produção de alimentos, a elaboração de uma política econômica e industrial de longo prazo", diz Almeida. "Em última instância, o problema de nossa dívida é dos nossos credores", lembra Damasio. "E eles não estão dando mostras de preocupação."

Qualquer renegociação de dívidas tem seus inconvenientes, segundo o professor Almeida. E, por isso, não pode ser feita de improviso, como se fez a tomada de recursos que lhes deu origem. "Evidentemente, a renegociação tem seu 'trade off', seu lado negativo, seu preço." E precisa de uma condição essencial cumprida para o seu início — uma política econômica definida.

Almeida vai além. Para ele, da mesma maneira que a renegociação é imprescindível, depende também de uma política nacional reestruturada e de um governo legitimado pelo voto, com a participação popular no esforço interno que a renegociação exigirá e na prática internacional dos negócios.

"O que não se pode é renegociar a dívida agora, quando o poder público se omite de gerir a dívida, passando suas operações para alguns agentes que saem para o exterior tratando de problemas nacionais como se fossem representantes da iniciativa privada", define Almeida.

Antes de mais nada, seria fundamental uma mudança nas formas de atuação das instituições das Nações Unidas (FMI e Banco Mundial), segundo Rômulo Almeida. "Alterações que ainda não se fizeram por uma questão de poder. Os EUA têm a facilidade de pagar suas contas com sua própria moeda e podem ser mais ineficientes que os outros, portanto. Mas mudar esse estado é, hoje, um dos grandes desafios do sistema mundial de poder."